

ARAGÃO NETO, Magdiel Medeiros; CAMBRUSSI, Morgana Fabiola.. Resenha de “Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical”, de Mário A. Perini. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 6, n. 10, março de 2008. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

RESENHA DE “PRINCÍPIOS DE LINGÜÍSTICA DESCRITIVA: INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GRAMATICAL”, DE MÁRIO A. PERINI

Magdiel Medeiros Aragão Neto¹

Morgana Fabiola Cambrussi²

magdiel_man@yahoo.com.br

morganacambrussi@yahoo.com.br

A obra *Princípios de lingüística descritiva: uma introdução ao pensamento gramatical*, de Mário A. Perini, oferece aos leitores que desejam se iniciar na investigação lingüística muitas das importantes noções necessárias a um adequado trabalho de descrição gramatical. Organizado em 24 capítulos, o livro de iniciação relaciona tópicos centrais da organização semântica e sintática da língua de maneira a contemplar noções básicas exigidas para sistematização, análise e descrição lingüísticas. A obra, como aponta o autor, é direcionada ao público de graduação que necessita leitura acerca das bases sobre as quais se assenta boa parte dos estudos gramaticais atuais (duas primeiras partes do livro), sem deixar de fazer relação, também, às lacunas deixadas por esses estudos e de revelar o quanto ainda se tem a explicar sobre o funcionamento do português brasileiro (discussão presente, sobretudo, na terceira parte).

Já nas páginas iniciais, Perini explicita que seu livro integra um conjunto de obras que precisa ser estudado, não apenas lido. Isso fica ainda mais nítido ao se ter clareza de que as questões de discussão postas à baila têm estado em evidência há tempos e representam inquietações para muitos estudiosos (como faz crer a referência a

¹ Departamento de Língua e Literatura Portuguesa, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Doutoranda em Lingüística pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística, PPGL, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Mattoso Câmara Jr.). Apesar da escolha por uma ligeira orientação teórica cognitivista (opção volitiva e necessária), a obra não aborda teorias específicas, trata-se de uma introdução a conhecimentos comuns e essenciais, que, previamente à escolha de uma teoria, integram a formação de qualquer lingüista. Com o foco ajustado para a gramática da língua (ou melhor, para aspectos sintáticos e semânticos), o autor se preocupa com o desenvolvimento da capacidade analítica das línguas como uma competência do lingüista, anterior à escolha das orientações de cunho teórico; essa capacidade, segundo ele, constitui uma “lacuna na formação atual dos lingüistas” (p. 14).

Localizando a gramática entre as diferentes linhas de estudo lingüístico, no capítulo zero, intitulado *Introdução: Gramática e Lingüística*, Perini delimita o campo de interesse da discussão que propõe. Após breve referência a temas de áreas como psicolingüística, análise de discurso, lingüística aplicada, entre outros, o autor caracteriza o estudo gramatical como aquele que descreve a organização interna dos enunciados tanto com relação à forma quanto com relação ao conteúdo e que envolve aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos da língua. De todos esses aspectos, apenas os sintáticos (ordem, posição e estrutura de constituintes) e semânticos (questões de significação como papéis temáticos e restrições de seleção) fazem parte da descrição que se apresenta – de maneira individual ou em interação simbólica sintaxe \Leftrightarrow semântica. Brevemente, o autor ainda explicita a distância existente entre a *descrição lingüística* (estudo de como realmente se fala e se escreve) e a *prescrição tradicional* (apresentação de como se deve falar ou escrever); diz que estudos prescritivistas costumam, erroneamente, rotular o termo *gramática*. Na perspectiva em que é abordada pelo autor, *gramática* diz respeito à descrição dos fatos da língua que leva em conta, além das atitudes lingüísticas dos falantes, seus conhecimentos internalizados.

Nesses termos, um estudo que busque descrever fatos da língua com base em estruturas internalizadas, motivadas comunicativa ou arbitrariamente, inicia-se pela formulação de perguntas que orientam o percurso que se vai tomar para tentar respondê-las. Assim como nas ciências em geral, estudos lingüísticos partem da formulação de hipóteses e as comprovam ou não com base na observação de fatos da língua (incluindo-se aqueles que motivaram sua formulação). Sobre esse tópico, no capítulo um, *Fatos e Hipóteses*, que inicia a primeira parte do livro, *Noções Básicas*, por meio de metáforas pedagógicas muito interessantes e de exemplos da complexidade de classificação dos nominais, Perini expõe como podem ser formuladas e reformuladas hipóteses a fim de que não contrariem os dados lingüísticos disponíveis. É nesse ponto que o autor convida

o leitor a se libertar do preconceito de que “as afirmações encontradas em uma gramática são todas factuais e, portanto, incontestáveis. Algumas afirmações realmente expressam fatos [...], mas outras são hipóteses, que podem ou não ser adequadas” (p. 32). Sendo assim, hipóteses servem à formulação de regras que tornam mais econômica a descrição da língua: em vez de listar todos os nominais para fazer as marcações de gênero e artigo (o que parece ser impossível dada a quantidade de nominais, a neologia e a interferência de aspectos regionais como o uso de *uma xerox* no Nordeste, mas *um xerox* no Sul), podemos formular a hipótese (regra) de que nominais são divididos em: (a) femininos, que selecionam artigo *a*, e (b) masculinos, que selecionam artigo *o*; afirmações como essa também são chamadas generalizações e evitam as listas. Segundo Perini, as hipóteses (regras) também têm a função de revelar a organização mental de nosso conhecimento lingüístico e sua relação com a memória, o que ainda é demasiadamente obscuro.

Contudo, como chegar aos fatos da língua, quer dizer, aos dados lingüísticos? No capítulo que segue, *De onde vêm os dados?*, Perini afirma que se pode verificar hipóteses recorrendo aos dados através de exame de *corpus* (observação da ocorrência de dados em textos orais ou escritos), de testagem (solicitação do julgamento de falantes quanto à possibilidade de ocorrência dos dados) ou de introspecção (julgamento da possibilidade de ocorrência com base na competência lingüística do pesquisador). Na seqüência, o autor apresenta as vantagens e as desvantagens de cada uma dessas fontes de dados e encerra o capítulo com a apelação para que o lingüista tenha sempre em foco fatos e não “ideais” lingüísticos, o que exige por parte do pesquisador respeito aos dados e distanciamento da postura normativa escolarmente cultivada.

Já no capítulo três, *Forma e Significado*, Perini avança para discussões centradas na ligação entre forma lingüística e significação, apresentando questões como *relação palavra-significado* e *área semântica*. O autor afirma que o processo interpretativo se inicia com o conhecimento de que os falantes dispõem a respeito da área semântica das palavras; desse ponto, são feitas as relações que permitem dizer, por exemplo, que sentidos assume a palavra *de* nos contextos “A mão de Vera” e “O copo de plástico”, em que se lança mão de estratégias interpretativas associadas à estrutura formal da frase, às outras palavras que co-ocorrem na construção e a certos aspectos do conhecimento de mundo. Segundo Perini, pode-se assumir a relevância do contexto para a significação dos itens lexicais, entretanto, constitui erro pensar que, fora de contexto, palavras não significam nada, isso seria como desconsiderar a área semântica, a delimitação

interpretativa que as palavras nos fornecem já de antemão e as contribuições estruturais como a *ordem dos termos* e a *organização dos constituintes*.

No capítulo quatro, *O objetivo da descrição*, Perini apresenta a descrição das formas, dos significados e das relações simbólicas (que interagem forma e significado) como o princípio básico da descrição gramatical com base no qual se deve formular as hipóteses de trabalho. O autor ilustra a atividade de análise lingüística não só partir da observação de aspectos gramaticalmente relevantes na elaboração e na realização de sentenças, mas também a partir da desconsideração de aspectos como *qualidade da voz* ou *horário de produção da sentença*, que nada interferem no tipo de análise que se deve proceder. Depois de formuladas as hipóteses e estabelecidos os critérios de análise, o autor ainda considera de grande relevância o fato de a descrição gramatical ser o mais explícita possível. Partindo da definição tradicional de *conjunção*, Perini demonstra como definições vagas ou circulares comprometem a análise – o que acaba por fornecer uma descrição gramatical falha. Ao tratar dos *Componentes do significado* (capítulo cinco), o autor analisa *estratégias léxico-gramaticais* (que têm a ver com conhecimento lingüístico) e *estratégias cognitivas* (que têm a ver com conhecimento de mundo) como fatores que interagem em uma medida que não se pode precisar. Contudo, ter ciência dessa interação já nos permite pensar a significação em sua complexidade e considerar tais estratégias constitutivas da competência lingüística dos falantes.

Em seqüência, nos capítulos seis e sete, Perini discute a relevância de regras gramaticais, de definições e de princípios de análise: a) considerando a gramática da língua como um conjunto de regras que regulam a formação e a interpretação de unidades como sintagmas, frases, orações e períodos. Dentro do quadro das definições, ele as avalia como instrumentos para se esclarecer o que se entende pelos termos técnicos que integram as regras constitutivas da gramática. Desse modo, regras bem formuladas são hipóteses que se constroem com base em termos definidos de maneira clara e lógica e que podem ser validadas ou invalidadas pela observação dos fatos lingüísticos; b) também afirma que “a descrição de uma língua é a explicitação da relação que existe entre os significados e as formas dessa língua” (p. 68), em que o sistema de relação forma-significado precisa nortear os princípios de análise e as afirmações de associação simbólica. Assim, afirmações de caráter formal, semântico e simbólico se interligam de maneira que umas interfiram nas outras, umas tenham conseqüências sobre as outras.

Quanto ao capítulo oito, *Regras descritivas*, em que se aborda, para fins ilustrativos, regras de uso de SN pré-verbal no português brasileiro, o autor estabelece diferenças entre regras descritivas e prescritivas – enquanto estas tratam de como as pessoas deveriam usar a língua, aquelas descrevem o uso efetivo que se faz dela, ou seja, traduzem a realidade lingüística. Ainda nesse tópico, Perini apresenta reformulações, adaptações de regras que as tornam mais complexas, mas tranquiliza o leitor: “Nosso objetivo não é chegar às regras mais simples possíveis, mas às regras que descrevem os fatos da maneira mais realista.” (p. 73).

Em *Sintaxe e semântica*, capítulo nove, o autor defende a idéia de que nem todas as formas lingüísticas têm significado; casos como os das preposições regidas por certos verbos ou nomes, a exemplo de *gosto de*, *chego a*, *medo de*, entre outros, ilustrariam formas sem sentido aparente, apenas com funções gramaticais. Por outro lado, há muitos casos em que alterações sintáticas representam alterações na significação e ainda não se pode afirmar em qual proporção se relacionam os critérios sintático e semântico. Nesse capítulo, Perini introduz uma noção nova para a obra, a de *sintaxe residual*. Segundo o autor, o termo corresponde a um princípio que conserva as relações simbólicas na descrição lingüística. De acordo com o *princípio da sintaxe residual*, toda forma da língua que puder ser descrita considerando-se seus traços semânticos deve ser apresentada de maneira simbólica e apenas podem prescindir dos traços de significação as descrições de formas não-semânticas. O autor ilustra a ação desse princípio com o caso da ordenação dos nominais em que *animal mamífero* ocorre necessariamente na ordem animal + mamífero, uma vez que a seqüência **mamífero animal* não parece ser bem-formada. Esse caso contrasta com *médico amigo* e *amigo médico*, em que a ordenação dos nominais altera a semântica do SN, mas não o torna agramatical. Para o autor, essa é uma variação formal que só pode ser explicada a partir da análise dos traços semânticos em jogo. No caso de *animal mamífero*, é necessário obedecer à ordem em função de o segundo nominal ser mais restrito que o primeiro, quer dizer, ser um subconjunto do primeiro; já em *amigo médico*, não há variação, ambos denotam conjuntos em intersecção.

Dado o princípio da sintaxe residual, é necessário considerar como ocorrem as relações simbólicas. No capítulo dez, *Relações simbólicas na morfologia e na sintaxe*, há a ilustração de como esse princípio atua. No caso da morfologia, o exemplo utilizado pelo autor é a formação dos nominais em **-ção**: *tocção*, *lavação*, *fazeção*, *varreção*, entre outros. Para se formular uma hipótese para tais nominalizações, Perini avalia que

são necessárias pelo menos duas observações semânticas: tais formações a) só são possíveis com verbos de ação e b) sempre indicam que a ação é freqüente ou excessiva. Em termos de sintaxe, Perini volta à regra de ordenação dos nominais e reafirma a explicação simbólica para as restrições que se apresentam.

No capítulo onze, *Níveis e unidades*, que inicia a segunda parte do livro, *Instrumentos de análise* e em que são discutidos níveis e unidades da língua, o autor diferencia, no plano morfológico, palavra (unidade marcada **na escrita** por dois espaços em branco, um antes e outro depois) de lexema ('família' de palavras que têm entre si uma relação gramatical sistemática e regular como a flexão plural – flor e flores: duas palavras, um lexema) para seguir dessas unidades à constituição dos sintagmas, em nível sintático. Nessa etapa, põe-se em evidência a competência de que dispõem os falantes para julgar quais seqüências são possíveis na constituição dos sintagmas e quais são impossíveis, a exemplo de *o trabalho*, em contraste com **trabalho o*. Também são relacionados os tipos de sintagmas que, por questões didáticas, apresentam-se seguidos da classificação tradicional; a definição, posta em nota de pé de página, afirma que “Em geral, entende-se por sintagma um constituinte formado de pelo menos uma palavra, mas menor do que uma oração.” (nota 2, p. 95). Sintagmas nominais, adjetivos e verbais são ricamente exemplificados, inclusive em termos de associações de sintagmas, de função sintática e de interpretação semântica.

No capítulo doze, *Funções sintáticas*, Perini mostra que através das relações que se estabelecem entre constituintes, pode-se reconhecer a função sintática que um determinado constituinte exerce, por exemplo, numa frase. Começa observando que a relação de concordância pode ajudar a diferenciar um SN que exerce a função de sujeito e de um SN que exerce a função de objeto direto, pois este não concorda com o verbo, aquele, sim. As relações de concordância, porém, por si só são insuficientes, o autor argumenta que também se deve considerar as relações de ordem. Mostra, assim, que o sujeito ocorre preferencialmente logo antes do verbo, ao passo que o objeto direto ocorre depois, no entanto, como lembra o autor, este também não é um critério que possa ser utilizado por si só para a identificação daquelas duas funções, pois o verbo pode ser precedido de objeto direto quando este se apresenta sob a forma de pronome oblíquo como em “Os gatos me arranharam”. Perini argumenta, então, que sujeito e objeto direto são funções sintáticas e que em uma frase como “Eu comprei um aparelho de som” o verbo concorda com o SN pré-verbal *eu* que tem o papel temático de agente, mas na frase “Comprei um aparelho de DVD” o verbo apresenta concordância que

permite a identificação de um agente, que equivale ao conceito de quem está falando, mas não concorda com um sujeito, pois essa frase, assim como “Choveu ontem”, não tem sujeito, já que não apresenta relação de concordância entre um verbo e um SN pré-verbal. Perini distingue ainda o objeto direto do predicativo do sujeito argumentando que embora ambos canonicamente ocupem uma posição pós-verbal, o objeto direto é sempre um SN, e que apenas o predicativo, além de poder ser um SN ou um sintagma adjetival (SAdj), pode manter com sujeito relação de concordância e relação semântica direta, a exemplo da relação de identidade. Finaliza o capítulo mostrando que a relação de concordância tem ligação com a noção de regência e exemplifica que em um sintagma como *o gato branco* o termo *gato* rege os outros dois, que segundo a gramática normativa exercem a função de adjunto adnominal, mas, segundo o autor, devem ser analisados como tendo funções distintas já que têm ordenações sintáticas distintas.

Perini, no capítulo treze, *Funções sintáticas: mais exemplos*, continua sua análise a respeito das funções sintáticas, mas lembra, como fez no capítulo anterior, que a lista dessas funções não será completa. Começa abordando o núcleo do predicado, momento em que afirma que em cada oração há apenas um núcleo do predicado, ainda que o predicado possa constituir-se de mais de um verbo. No entanto, o autor apresenta posição diferente da gramática normativa ao assumir que núcleo do predicado é uma função sintática, não semântica, logo, em uma frase como “Meu tio é argentino” o núcleo do predicado é o verbo *é*, não *argentino*. No tópico em que aborda a função de predicativo do objeto, o autor demonstra que as relações de ordem impõem que tal predicativo suceda o objeto direto e, semanticamente, a este acrescente uma “qualidade”, já que não pode fazer referência a um novo participante, nem mesmo quando é um SN a exemplo de *um gênio* em “Marília considera Ronaldo um gênio”. Perini mostra que a oração pode apresentar adjuntos e complementos adverbiais, que podem ser expressos por sintagmas formados de preposição com SN ou elementos adverbiais. Lembra, porém, que os estudos sobre os elementos adverbiais ainda são insuficientes para uma discussão mais detalhada e passa a tratar dos termos do sintagma nominal. Nesse ponto, o autor faz ver que dentro do SN há também relações de ordem fixa como, por exemplo, as existentes entre o determinante e o núcleo do SN e entre o determinante e o predeterminante. Mostra ainda que o modificador (que em português geralmente ocorre após o SN) diferentemente do núcleo do SN, do predeterminante e do

determinante pode ser recursivo, de modo que a estrutura do SN pode apresentar elevada complexidade.

Já no capítulo catorze, Perini trata de *Funções semânticas*; mais especificamente de papéis temáticos: que são relações de significado que expressam os participantes de uma ação, estado ou evento expresso por um predicado. Lembra que nem sempre há correspondência entre funções semânticas e funções sintáticas; que a função de sujeito está inscrita no plano sintático, formal, a função de agente está no plano semântico e a relação que há entre essas funções é simbólica. O autor apresenta então uma lista de nove papéis temáticos e lembra que tal lista corresponde apenas aos mais comuns na literatura: agente, paciente, localizando, local, fonte, meta, experienciador, causador de experiência e instrumento. O ponto inovador do capítulo, porém, é a terceira seção, na qual é apresentada (de forma simplificada) uma teoria de papéis temáticos múltiplos. Teoria que estipula que um sintagma pode ter mais de uma função semântica e que todas as funções que possua são reconhecidas pelos interlocutores para a compreensão satisfatória de uma dada frase, como ocorre, por exemplo, com o sujeito de “Alda pagou oito mil reais a Renato por um carro” em que o SN *Alda* é o agente do pagamento, a fonte do dinheiro e a meta do carro. A teoria postula ainda que a possibilidade de múltiplos papéis pode também estar relacionada (mas não necessariamente) a uma multiplicidade de eventos, como é o que ocorre com o verbo pagar que apresenta dois eventos de transferência: uma transferência de uma quantia para a conseqüente transferência de um bem. Um exemplo em que um sintagma recebe mais de um papel temático, mas a frase tem como núcleo um verbo com apenas um evento é “A menina arrumou em menos de cinco minutos” em que o SN *a menina* é ao mesmo tempo agente e paciente. Por fim, o autor lembra que a teoria de papéis temáticos múltiplos não é unanimemente aceita, porém, afirma ser fundamental, pois defende que a multiplicidade de papéis temáticos está inscrita na estrutura da língua.

Em *Classes*, capítulo quinze, Perini diz que o conhecimento que temos a respeito do mundo em geral é estruturado por classes e que o mesmo vale para a língua. Conhecer uma frase é saber também classificar seus constituintes lexicais, no entanto, essa classificação não é invariável já que é necessário que a classificação se adapte a necessidades específicas. No caso das palavras, por exemplo, pode-se classificar: a) por ordem alfabética, para a criação de dicionários; b) por potencial funcional, para a descrição de gramáticas; c) por número de letras, para palavras cruzadas; ou d) por números de sílabas, para a versificação. Assim, argumenta o autor, para uma adequada

classificação é preciso se definir os objetivos a que ela se destina. Uma dada forma lingüística pode ser classificada através da análise de um conjunto de características denominadas traços que, segundo o objetivo proposto, podem ser morfológicos, sintáticos, entre outros, e, no caso da análise gramatical, ajudam não só na generalização, mas também na descrição coerente e eficiente de regras. Perini finaliza o capítulo argumentando que para quem está condicionado às classificações gramaticais tradicionais é necessário desaprendê-las porque “A classificação é necessariamente condicionada aos objetivos descritivos do momento, e não há limite previamente estabelecido ao número de maneiras que uma forma pode ser classificada” (p. 136).

No capítulo dezesseis, *Classes e funções*, Perini afirma que as funções gramaticais são relações contextualmente definidas entre as unidades de uma dada forma lingüística, e que as classes não se definem em contextos particulares, mas segundo a estrutura da língua. O autor mostra que uma palavra que pertence a uma única classe, como *João*, pode ser o núcleo de um SN e desempenhar distintas funções sintáticas, a exemplo sujeito e objeto direto, bem como distintas funções semânticas, a exemplo de agente e paciente. Assim sendo, argumenta Perini, o conhecimento acerca de uma palavra envolve complexidades várias, dentre as quais o seu potencial funcional, pois é o conhecimento desse potencial que permite ao usuário de uma língua a produção de determinadas construções e não de outras (agramaticais). Perini argumenta ainda que cada elemento lingüístico encontra-se em uma classe, e apenas uma, e que uma palavra, a exemplo de *amigo*, que ora funciona como substantivo e ora como adjetivo, não deve ser posta em apenas uma das duas classes e nem em ambas, mas em uma classe própria que abrigue outras palavras com potencial funcional semelhante, o que remete para o ponto do capítulo anterior em que o autor diz serem as classes de palavras tradicionais insuficientes para o que de fato tem-se na língua.

Perini inicia o capítulo dezessete, *Construções*, afirmando que a associação das funções sintáticas e das funções semânticas a formas da língua resulta em instruções a respeito das construções da língua. Se as formas fossem associadas apenas a funções sintáticas, a descrição de sentenças formalmente idênticas como “Marilene gritou” e “Marilene engordou” não poderia apontá-las como construções distintas que são: construção intransitiva e construção ergativa, respectivamente. Assim, é preciso recorrer também a informações semânticas; sendo então a análise mais adequada se se recorre a definições simbólicas, que envolvem forma e significado, argumenta o autor. Centrando a discussão no português, Perini afirma haver dezenas de construções nessa língua e que

uma lista completa dessas construções representaria a descrição do núcleo de sua gramática; afirma também que as relações de concordância e algumas diferenças de sentido são irrelevantes para a definição das construções, mas afirma que os verbos devem ser classificados, ter sua valência definida, através de suas diáteses, ou seja, segundo sua ocorrência nas diversas construções possíveis. Neste capítulo o autor volta a abordar o núcleo do predicado, porém centra-se no núcleo do predicado composto, argumenta que se em “Meu tio vai vender pneus” o verbo *vender* apresenta a mesma valência de “Meu tio vende pneus” é porque *vai* é um verbo auxiliar e não está impondo valência alguma à frase, logo, em ambas as sentenças há não só um predicado, mas também, e por consequência, apenas um núcleo do predicado (mesmo que na primeira haja mais de um verbo). No entanto, o autor salienta que qualquer seqüência verbal não pode ser mecanicamente interpretada como um predicado composto. Em uma frase como “Meu tio quer chegar antes das oito” percebe-se que há dois predicados distintos, ou seja, que *quer* não funciona como auxiliar, porque a exemplo de *chegar* apresenta sua própria valência.

Já no capítulo dezoito, *O léxico*, Perini mostra que lidar com léxico, nosso dicionário mental de palavras e outras unidades lingüísticas, é extremamente complexo porque seus itens comportam diversos tipos de informações. Argumenta que conhecer o léxico de uma língua é ter proficiência no uso de seus itens (não de todos da língua, mas dos adquiridos), é saber o potencial funcional desses itens, suas relações de ordem e de concordância, seus significados, entre outros. Em seguida, o autor assume que, embora para alguns lingüistas não haja distinção entre conhecimento lexical e conhecimento gramatical, é interessante distinguir esses dois tipos de conhecimento lingüístico. Argumenta que o ponto crucial da distinção, nem sempre clara, é que o conhecimento gramatical constitui-se de generalizações, ao passo que o conhecimento lexical é individualizado, pois cada item lexical (e o conhecimento das informações que lhes são intrínsecas) é adquirido individualmente. Diz também que “Um item léxico pode ser visto como um pacote bastante heterogêneo de informações [...]” (p. 156), pois apenas algumas são gramaticalmente relevantes. O autor mostra, por fim, que as informações a respeito de um dado item lexical podem envolver não apenas conhecimento gramatical, mas também conhecimento de mundo porque este tipo de conhecimento engloba conhecimento de língua, ainda que o conhecimento de língua seja parcialmente arbitrário e ainda que uma distinção total entre ambos seja impossível.

A terceira parte do livro, *Gramática do português*, inicia-se no capítulo dezenove, *Classes: alguns exemplos*. Nesse ponto, Perini demonstra que a classe de palavras chamada de advérbios pode ser interpretada como sendo mais de uma classe, pois seus membros apresentam comportamento gramatical díspar, como se pode observar, por exemplo, através dos itens *sim, não, depressa, só e francamente*. Em seguida o autor argumenta que a vagueza da definição e delimitação da classe do que se chama de preposições leva tais palavras a serem confundidas com as conjunções; vai mais além e sugere que as preposições podem ser melhor definidas como reclassificadores, já que ao tomar um SN como complemento podem atribuir ao sintagma resultante um potencial de advérbio, a exemplo de *em minha fazenda* em “Deixei três cachorros em minha fazenda”, ou adjetivo, a exemplo de *de minha fazenda* em “A porteira de minha fazenda”. O autor lembra, também, que há o grupo de preposições que não reclassificam o SN que tomam como complemento, este é caso das preposições que introduzem o complemento de um verbo. Ao abordar o que se costuma chamar de conjunções, Perini demonstra que algumas (as subordinativas *quando, que e se*, por exemplo) têm a propriedade de reclassificar orações (as subordinadas), mas outras (as coordenativas *e e ou*, por exemplo) unem construções da mesma classe “[...] de tal modo que a seqüência resultante pertence à mesma classe dos componentes [...]” (p. 166). Mostra ainda que há casos de locuções prepositivas e de preposições que podem ocorrer sós, sem complementos, desde que em contexto anafórico. O autor finaliza o capítulo evidenciando que a classe a qual chama de nominais comporta elementos que têm traços importantes em comum, não obstante ela apresente uma “[...] complexidade que os estudos gramaticais ainda não enfrentam devidamente [...]” (p. 168).

Em *Sintagmas oracionais*, capítulo vinte, Perini discute o fato de no constituinte de uma oração poder haver uma outra oração, que, por estar contida, é denominada de oração subordinada (como classifica a gramática normativa); exemplos são: a) o SN *que vai chover hoje*, objeto direto de “Neli disse que vai chover hoje”; b) o SAdj *de que vai chover hoje*, adjunto do núcleo do sujeito de “A notícia de que vai chover hoje preocupou titia”; e c) SAdv *quando a vizinha me mostrou as nuvens*, adjunto de *Recolhi a roupa* em “Recolhi a roupa quando a vizinha me mostrou as nuvens”. Diz, então, o autor que esses exemplos são evidências de que quando certas unidades têm potencial funcional idêntico elas podem ser coladas em uma mesma classe, ainda que tais unidades tenham estrutura interna distinta. Perini também mostra que um verbo no modo indicativo pode ser o núcleo de uma oração subordinada ou independente, mas

algumas formas verbais são específicas para indicar que as orações das quais fazem parte são subordinadas, dentre tais formas cita três. A primeira citada é o subjuntivo, desde que não seja de uma oração indicativa de um desejo a exemplo de “Deus te ajude”. A segunda é o infinitivo, desde que não tenha o valor de imperativo como “Olhar à direita!” nem seja o verbo principal de um predicado composto. Por fim, a terceira forma verbal especializada para núcleo de orações subordinadas é o gerúndio, desde que não seja o verbo principal de um predicado composto.

Em *Período composto* (capítulo vinte e um), Perini aborda com exclusividade o período composto por subordinação, detalhando-se mais precisamente nos limites das orações subordinada e principal. Em relação a um período como “A menina disse que o cachorro está doente” a gramática normativa diz que a oração subordinada é “que o cachorro está doente”, lembra Perini. Ele argumenta que essa análise é inadequada, pois uma das estruturas possíveis para um sentença é um sintagma nominal mais um sintagma verbal, o que corresponde a *o cachorro está doente*, que inclusive pode ser usada como uma oração independente. O *que*, como lembra Perini, é uma partícula utilizada para se formar SNs a partir de orações, logo “que o cachorro está doente” é um SN, tanto o é que exerce uma função típica dos SNs: objeto direto. O autor também redefine o limite da oração principal que, segundo a gramática normativa, para o período composto acima citado, seria *A menina disse*. Essa delimitação, segundo o autor, é inadequada, pois se objeto direto é função de um constituinte que faz parte de uma oração, a seqüência **A menina disse* é uma estrutura agramatical por se tratar de uma oração incompleta. A oração principal, segundo o autor, é uma oração completa, gramatical, que tem uma outra oração em seu interior, assim, em “A menina disse que o cachorro está doente”: *o cachorro está doente* é a oração subordinada; *que o cachorro está doente* é um SN que tem a função objeto direto; e “A menina disse que o cachorro está doente” é a própria oração principal.

No capítulo vinte e dois, *Classes: todos, esses e cinco*, Perini mostra mais uma vez a relevância das relações de ordem, não só para a delimitação das funções e potenciais funcionais, mas também para a delimitação das classes de palavras. O autor demonstra que em um SN: a) o item *todo* ocorre em primeiro lugar, ou depois do núcleo do SN; b) o item *esse* ocorre em primeiro lugar desde que *todos* não esteja anteposto ao núcleo do SN, caso contrário ocupa o segundo lugar; e c) o item *cinco* só ocorre em primeiro lugar se nem *todos* e nem *esse* estiverem antepostos ao núcleo do SN, de outra forma, ocorre apenas em terceiro lugar. Assim, o autor lança mão do argumento de que

aqueles três itens lexicais, que a gramática normativa classifica indistintamente como tendo função de adjunto adnominal, apresentam funções distintas entre si. Já em relação às classes de palavras nas quais *todos*, *esses* e *cinco* são postos pela gramática normativa, Perini mostra que são classes que comportam elementos com funções distintas, logo, geradoras de confusões. Mas chama atenção para o fato de que, uma vez que se analise melhor os itens lexicais, é preciso estabelecer-se novas classes de palavras já que a nomenclatura atual mostra-se insuficiente. Finaliza o capítulo lembrando, coerentemente com o capítulo doze, que as relações de ordem são inegavelmente importantes, mas também as relações de concordância são boas fontes de evidências.

Em *Construções de tópico*, capítulo vinte e três, Perini trata especificamente das construções de tópico sentencial que, com função comunicativa, em uma frase colocam em destaque “[...] o termo da frase do qual se afirma (ou pergunta) alguma coisa” (p. 193). Assim, o tópico sentencial coloca em destaque um constituinte sintático (sujeito, objeto direto etc., mas não o predicado) em relação ao resto da frase, o comentário. Esse destaque pode dar-se através de diversos mecanismos que têm valores discursivos distintos entre si, dentre eles: a) colocação do tópico no início da frase, como em “Café eu só tomo de manhã cedo”; b) clivagem, que é a colocação do tópico no início frase, porém “imprensado” pelo verbo *ser* e *que*, como em “É café que eu tomo de manhã cedo”; e c) colocação do tópico no final da frase, como em “Eu só tomo de manhã cedo, café”. O autor salienta, ainda, que o reconhecimento do tópico tem importância tanto sintática quanto semântica, mas não afeta a função sintática e nem o papel temático de um dado constituinte, embora afete seu valor discursivo como principal em relação aos demais, que passam a ser secundários.

Por fim, no capítulo vinte e quatro, *Tópico discursivo*, Perini mostra que há um outro tipo de tópico distinto do sentencial: o discursivo. Este tópico, muito comum na fala, porém não tanto na escrita, difere primordialmente do sentencial, pois corresponde a um elemento sem função sintática específica na estrutura sentencial, a exemplo de *esse carro* em “Esse carro o motor tá precisando trocar”. Já em termos semânticos, o tópico discursivo pode funcionar como um dos termos presentes na oração, mas especificamente como uma “repetição” de um termo já presente na oração, ainda que não possua marcas da função semântica desse termo, como ocorre com *essa escola* em “Essa escola eu trabalhei lá mais de um ano”. Além de não sofrer restrições sintáticas, o tópico discursivo comumente não tem valor de foco de contraste. Perini discorre

também sobre a inadequação de se vislumbrar a criação de uma função sintática chamada foco, pois supõe que os estudos sobre o tema são insuficientes já que o tópico discursivo tem uma função comunicativa fortemente marcada pela pragmática e sua interpretação muitas vezes requer conhecimentos extralingüísticos. Perini diz ainda que o estudo do tópico discursivo tem despertado muito interesse e que há estudos que classificam as línguas em dois grandes grupos: a) aquelas em que são mais comuns as estruturas de tópico e comentário, como o chinês; e b) aquelas em que há preferência pela relação sujeito e predicado, como o português. Encerra o capítulo lançando mão da hipótese de que o português brasileiro talvez esteja “[...] no processo de se tornar uma língua com predominância cada vez maior das construções de tópico em detrimento das construções de sujeito [...]” (p. 201).

Findo o livro fica-se com a certeza da sua pertinência como um guia para a iniciação dos estudos lingüísticos (descritivos), mais especificamente de introdução ao pensamento gramatical, como especifica o subtítulo do livro. Justamente por ser uma obra introdutória, o texto apresenta linguagem objetiva e boa exemplificação dos temas em tela, que são abordados sempre sob os aspectos sintático e semântico, ou seja, através de relações simbólicas. Outra contribuição de *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical* é não apenas elencar lacunas referentes à abordagem da gramática normativa, que Perini chama de gramática tradicional, mas também mostrar que a lingüística ainda carece apresentar estudos mais detalhados sobre inúmeros fatos da língua, o que, se bem trabalhado pelo professor em sala de aula, pode despertar o interesse dos alunos em aventurar-se por essas veredas ainda desconhecidas em busca de respostas e ou de outros novos questionamentos, já que a lingüística, como qualquer outra ciência, não é hermética, mas um ponto de debate e construção de conhecimento.

PERINI, Mário A. *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola, 2006. 208 p.